

3 - RELATÓRIO DE GESTÃO





Relatório de Gestão

- a) apresentação da visão geral da unidade jurisdicionada, estrutura organizacional e legislação aplicável;

INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG referente ao exercício de 2023 está detalhada de forma a abranger a execução orçamentária, financeira e patrimonial da instituição, sendo o Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis com suas Notas Explicativas, os relatórios das Comissões designadas para levantamento do Inventário e da Dívida Flutuante que sensibilizam o Patrimônio da DPMG.

Desta forma, o objetivo do Relatório de Gestão é demonstrar as metas e os resultados alcançados no período de 2023, em relação a missão institucional, por meio de indicadores, metas e eventuais justificativas, em cumprimento ao disposto no Anexo II, do Art. 5º, da Decisão Normativa nº 03/2023.

Desde a sua fundação em 1976, quando ainda era conhecida como Procuradoria de Assistência Judiciária, a DPMG tem se dedicado à defesa e à promoção dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos mineiros.

A missão da Defensoria é acolher a pessoa em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso aos direitos de forma rápida e eficaz, com prioridade na prevenção e solução extrajudicial de conflitos, comprometida com a transformação social, promoção da cidadania e dignidade humana.

Mas a DPMG vai além disso: seu objetivo é proporcionar um atendimento acolhedor, que assegure o respeito a todos os direitos, em todas as esferas sociais.



Além de atuar judicialmente em defesa da população, tem destaque por sua atuação extrajudicial. A cada dia, investe mais em métodos autocompositivos de resolução de conflitos e em soluções administrativas.

Ano após ano, a DPMG expande sua atuação, desenvolvendo ações, projetos, campanhas e iniciativas de educação em direitos. “Nosso objetivo é alcançar cada vez mais pessoas, tanto na capital quanto no interior do Estado.

A Defensoria conta com 110 unidades providas, além de atuar em cooperação em 11 comarcas que não contam com a presença da defensoria pública, trabalhamos de forma coordenada para garantir um atendimento humanizado, plural e inclusivo em todas as regiões de Minas Gerais”.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da DPMG está prevista na **LEI COMPLEMENTAR nº 65**, de 16/01/2003, Art. 6º.

I – órgãos da administração superior:

- a) Defensoria Pública-Geral;
- b) Subdefensoria Pública-Geral;
- c) Conselho Superior da Defensoria Pública;
- d) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública;

II – órgãos de atuação:

- a) Defensorias Públicas do Estado nas Comarcas;
- b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado;
- c) Coordenadorias Regionais de Defensoria Pública do Estado, em número de quinze;

III – órgãos de execução, os Defensores Públicos;



IV – Órgãos de apoio administrativo e serviços auxiliares:

- a) Gabinete;
- b) Centro de Desenvolvimento Institucional;
- c) Coordenadoria de Projetos e Convênios;
- d) Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário;
- e) Coordenadorias Regionais;
- f) Assessoria Jurídica;
- g) Assessoria de Comunicação e Cerimonial;
- h) Assessoria de Administração Estratégica e Inovação;
- i) Auditoria Interna;
- j) Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças;
- k) Superintendência de Recursos Logísticos e Infraestrutura;
- l) Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional;
- m) Superintendência de Tecnologia da Informação;

(Inciso com redação dada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13/12/2016.)

V – Órgãos auxiliares:

(Inciso acrescentado pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13/12/2016.)

Parágrafo único – A organização da Defensoria Pública terá como diretriz a descentralização e sua atuação incluirá atendimento interdisciplinar, bem como a tutela dos direitos individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13/12/2016.)



IMAGEM I - Organograma da DPMG





A Defensoria Pública (DPMG) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, prevista na Constituição Federal, em seu art. 134 (EC 80, 04/06/2014).

São princípios institucionais da Defensoria Pública (art. 3º, da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003): a Unidade, a Indivisibilidade e a Independência Funcional.

À Instituição foi atribuída, pela Emenda Constitucional 45/04, autonomia funcional, administrativa e orçamentária, passando, portanto, à condição de órgão constitucional independente, sem subordinação ao Poder Executivo.

A Defensoria é regida por sua lei orgânica, que no âmbito federal é a Lei Complementar 80, de 12 de janeiro de 1994, a qual sofreu importantes modificações pela Lei Complementar 132 de 2009.

No âmbito Estadual, cada Defensoria deverá ter sua própria lei, o que ocorreu em Minas Gerais pela edição da Lei Complementar 65, de 16 de janeiro de 2003, que organiza a Defensoria mineira, definindo sua competência e dispondo sobre a carreira de Defensor Público.

Alguns dispositivos foram alterados pela LC estadual 141, de 13 de dezembro de 2016, LC 161/2021 e LC 164/2021.

Ainda pela Constituição Federal restou estabelecido que a Defensoria Pública será estadual ou federal, ou seja, terá atribuição perante a justiça estadual e federal, respectivamente.



Diante de sua autonomia, a Defensoria Pública é dirigida pela Defensora Pública-Geral ou Defensor Público-Geral, o qual é escolhido pelo Governador, após formação de lista tríptica formada pela classe dentre integrantes da carreira.

É certo que a DPMG tem um papel diferenciado entre as instituições do mundo jurídico, pois é a Instituição que tem por objetivo a concretização do acesso à Justiça a todos indistintamente, sendo, portanto, vital ao processo de efetivação de direitos.

- b) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando: (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa; (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2020-2030; e (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

A Defensoria Pública possui, o programa 726 e o programa 705 padronizado no Estado.

Programa 0726 - Acesso À Justiça: Com objetivo de promover, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, o acesso à justiça com a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Programa 0705 – Apoio às Políticas Públicas: Desenvolver atividades de suporte à consecução das políticas públicas dos órgãos e entidades governamentais, em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser disponibilizado diretamente à sociedade.



AÇÕES FINALÍSTICAS

A ação 1050 - Expansão da Defensoria Pública no Estado

Foi criada com objetivo de expandir a Defensoria Pública para unidades jurisdicionais desprovidas de Defensores Públicos no Estado, dando maior transparência à execução.

QUADRO 1						
Execução da Ação - 1050						
Expansão da Defensoria Pública no Estado						
Crédito Autorizado	Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Físico		Orçamentário	
	03 092 726 1050 0001	33 90 39	Programado LOA (A)	Realizado	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)
1.000,00			1	3	1.000,00	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O valor de R\$1.000,00 (mil reais), foi alocado na ação como abertura, entretanto não ocorreu execução orçamentária no exercício. No primeiro semestre de 2023, ocorreu implantação de 3 novas unidades da Defensoria Pública de MG. Os municípios contemplados foram: Brasília de Minas, Diamantina e Itabira. Os custos com a instalação e manutenção foram realizados com recursos alocados em outra ação.

Ação 1099 - Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública

Foi criada com a finalidade de atendimento ao público, tendo em vista o atendimento considerado prioritário por sua vulnerabilidade social.

QUADRO 2					
Execução da Ação - 1099					
Ação Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública					
Crédito Autorizado	Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Físico	Orçamentário	
	03 092 726 1099 0001	33 90 39	Programado LOA (A)	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)
1.000,00			1	1.000,00	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).



O valor do crédito autorizado de R\$1.000,00 (mil reais) foi alocado como abertura da ação. Não houve aporte de recurso, portanto não houve execução orçamentária e física.

Ação 4033 - Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública

Tem o objetivo de garantir a infraestrutura física apropriadas às atividades administrativas de atendimento, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança, contribuindo para a formação de ambientes que proporcionem a eficiência e a qualidade operacional dos serviços prestados pela Defensoria Pública esperados pela sociedade.

QUADRO 3					
Execução da Ação – 4033					
Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública					
Crédito Autorizado	Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Físico	Orçamentário	
	03 092 726 4033 0001	33 90 39	Programado LOA (A)	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)
1.000,00			1	1.000,00	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O valor do crédito autorizado de R\$1.000,00 (mil reais), foi alocado como abertura da ação. Não houve aporte de recurso, portanto não houve execução orçamentária nem física.

Ação 4150 - Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa.

Tem como objetivo a orientação, assistência jurídica, extrajudicial integral e gratuita aos cidadãos necessitados do Estado de Minas Gerais e que a cada dia cresce a demanda da sociedade. Abaixo quadro demonstrativo da execução no ano de 2023.



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2023

QUADRO 4								
Execução da Ação 4150 Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Classificação Funcional	Grupo Despesa Descrição	Grupo de Despesa	Natureza da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado (A)	Despesa Realizada (B)	B/C %
03 092 726 4150 0001	Outras Despesas Correntes	3	33 90 13	10	1	116.545.683,00	2.300,00	95,56
		3	33 90 14	10	1		744.801,96	
		3	33 90 30	10	1		3.599.795,93	
		3	33 90 33	10	1		625.257,38	
		3	33 90 36	10	1		20.851.704,68	
		3	33 90 37	10	1		45.369.150,29	
		3	33 90 39	10	1		26.751.520,63	
		3	33 90 40	10	1		11.639.781,37	
		3	33 90 47	10	1		136.806,81	
		3	33 90 92	10	1		54.530,63	
		3	33 90 93	10	1		115.770,85	
		3	33 91 30	10	1		223.000,00	
		3	33 91 39	10	1		891.852,87	
		3	33 90 36	10	8	8.200.000,00	8.200.000,00	
	Recursos Diretamente Arrecadados	3		60	1	2.500.000,00	0	0
	Investimentos	4	44 90 40	10	1	16.093.860,00	3.165.590,00	99,20
		4	44 90 52	10	1		12.786.264,32	
		4	44 90 52	10	8	1.610.000,00	1.609.728,80	
Total						144.949.543,00	136.767.856,52	94,36

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG

QUADRO 5				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 4150				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado	(%)
			Jan/Dez	
Físico	3.320.064	0	5.159.747	155,41
Orçamentário	144.949.543,00	144.949.543,00	136.767.856,52	94,36

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O total de 3.320.064 prestações jurídicas para o exercício de 2023 foi estimado considerando a média realizada nos últimos anos. Foram realizadas 5.159.747 prestações jurídicas. O percentual de realização foi de 155,41%, superando a meta estimada. A meta física foi superada em virtude, principalmente, do fortalecimento da cooperação na instituição. Por meio desse instrumento, Defensores Público atuam no atendimento de assistidos de comarcas diversa de sua lotação original ou mesmo em



localidades que não possuem unidade de Defensoria Pública. Potencializando, portanto, o cumprimento da missão institucional.

A diferença de R\$250.000,00 do crédito inicial com o crédito autorizado, refere-se à suplementação do Convênio Projeto Escola de Convivência Familiar, nº 902255/2020, conforme Decreto 57 em 13/07/2023. Não ocorreu execução do recurso por entraves com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Ação 4193 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

Tem por finalidade proporcionar a remuneração de pessoal ativo da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais. O quadro abaixo exemplifica o resultado em 2023:

QUADRO 6								
Execução da Ação 4193								
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Classificação Funcional	Grupo Despesa Descrição	Grupo de Despesa	Natureza da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	B/C %
						(A)	(B)	
03 092 726 4193 0001	Outras Despesas Correntes	1	31 90 07	10	1	544.434.831,00	3.500.923,53	96,62
		1	31 90 11	10	1		330.244.720,11	
		1	31 90 13	10	1		1.866.097,07	
		1	31 90 92	10	1		26.693.173,96	
		1	31 90 93	10	1		147.573,42	
		1	31 90 94	10	1		78.750.778,74	
		1	31 91 13	10	1		85.930.866,28	
		1	31 91 92	10	1		58.918,28	
		3	33 90 46	10	7	23.226.900,00	20.027.724,31	
		3	33 90 49	10	7		10.267,45	
		3	33 90 93	10	7		3.556,93	
				1	31 90 11	10	8	
Total						603.575.926,00	583.148.795,08	96,62

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2023

QUADRO 7				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 4193				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado	(%)
			Jan/Dez	
Físico	812	0	919	113,18
Orçamentário	603.575.926,00	603.575.926,00	583.148.795,08	96,62

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Foi estimado o total de 812 defensores públicos e servidores para o exercício, enquanto o realizado foi 919. A diferença ocorreu em razão de nomeações em 2023, para repor o quadro da DPMG, em razão das aposentadorias, exonerações e falecimentos, ocorridas ao longo dos últimos anos, bem como outras nomeações para fazer frente ao crescimento e qualificar o trabalho prestado pela instituição.

Ação 2068 - Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública

Em 2017 ocorreu a criação da Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP, com o objetivo de capacitar defensores públicos, servidores e cidadãos, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em solução pacífica de conflitos, gestão pública e qualidade do atendimento, com a estimativa de 10.000 capacitações no ano de 2023. Em conformidade com o quadro a seguir:

QUADRO 8								
Execução da Ação 2068								
Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Classificação Funcional	Grupo Despesa Descrição	Grupo de Despesa	Natureza da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	B/C %
						(A)	(B)	
03 128 726 2068 0001	Outras Despesas Correntes	3	33 90 14	10	1	400.000,00	46.105,58	80,86
		3	33 90 30	10	1		1.032,00	
		3	33 90 33	10	1		100.110,92	
		3	33 90 36	10	1		22.131,96	
		3	33 90 39	10	1		123.340,00	
		3	33 91 39	10	1		30.738,22	
Total						400.000,00	323.458,68	80,86

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2023

QUADRO 9				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 2068				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado Jan/Dez	(%)
Físico	10.000	0	10.564	105,64
Orçamentário	400.000,00	400.000,00	323.458,68	80,86

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

A meta física estimada de 10.000 realizações de cursos para o exercício, atingiu um total de 10.564 participantes. Com a realização de vários cursos/palestras que ocorreram por meio online, foi possível um número significativo de participantes.

PROGRAMA 705 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Ação 7006 - Proventos de Inativos e Pensionistas

A ação tem como objetivo atender o pagamento das despesas com proventos de inativos civis e pensionistas. Conforme demonstrado quadro abaixo:

QUADRO 10								
Execução da Ação 7006								
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Classificação Funcional	Grupo Despesa Descrição	Grupo de Despesa	Natureza da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado (A)	Despesa Realizada (B)	B/C %
09 272 705 7006 0001	Outras Despesas Correntes	1	31 90 01	10	5	153.400.000,00	5.863.067,20	87,13
		1	31 90 01	42	5		71.898.338,06	
		1	31 90 01	43	5		53.934.620,15	
		1	31 90 92	10	5		149.202,89	
		1	31 90 92	42	5		1.439.252,52	
		1	31 91 13	10	5		377.128,62	
		1	31 91 92	10	5		1.031,25	
Total						153.400.000,00	133.662.640,69	87,13

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG

QUADRO 11				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 7006				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado Jan/Dez	(%)
Físico	391	0	397	101,53
Orçamentário	153.400.000,00	153.400.000,00	133.662.640,69	87,13

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).



A meta física estimada para o exercício foi de 391, enquanto a realizada foi de 397, o total realizado foi superior ao estimado em razão de uma demanda maior de aposentadorias.

Ação 7004 - Precatórios e Sentenças Judiciárias

O valor de R\$1.000,00 (mil reais) foi como abertura e não ocorreu nenhuma execução, tendo em vista a inexistência de Precatório/Sentenças Judiciais no exercício de 2023.



QUADRO 12					
Execução da Ação - 7004					
Precatórios e Sentenças judiciais					
Crédito Autorizado	Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Físico	Orçamentário	
	28 846 705 7004 0001	31 90 91	Programado LOA (A)	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)
1.000,00			1	1.000,00	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

PROGRAMA 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Expansão da Defensoria Pública no Estado

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, desde 2015, projetou a expansão da Instituição, em atendimento aos ditames da EC nº 80/2014. No primeiro semestre de 2023, ocorreu implantação de 3 novas unidades da DPMG. Os municípios contemplados foram: Brasília de Minas, Diamantina e Itabira. Os custos com a instalação e manutenção foram realizados com recursos alocados na ação 4150 - Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa.

Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública

No que se refere à implantação de núcleos especializados de assistência jurídica, a Defensoria Pública vem envidando esforços para o incremento de recursos orçamentário.

Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública

Grande parte das sedes da Defensoria Pública, no interior e capital, são locadas. A instituição não possui em seu orçamento verba destinada para a aquisição de terrenos e construção de sedes.



Note-se que apesar de já ter recebido terrenos em doação de municípios, as tentativas de incremento orçamentário, junto ao Governo Estadual e Federal, e Parlamento Estadual e Federal, até o momento, foram infrutíferas para implementar construções.

Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa.

A Defensoria Pública tem como finalidade precípua a prestação de assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão mineiro hipossuficiente. Para majorar o número de prestações jurídicas pela instituição são fundamentais investimento em recursos humanos, tanto defensores públicos, como servidores, estagiários e funcionários terceirizados.

Objetivando a melhoria quantitativa e qualitativa dos trabalhos de Prestação de Assistência Jurídica, ocorreu no exercício, a realização dos concursos públicos para ingresso de 50 cargos de Técnico e Analista na área administrativa e de 30 vagas de Defensor Público. Para o próximo ano quando finalizar e ocorrer as homologações dos certames, a Defensoria contará com um quadro maior de servidores efetivos da própria Instituição.

Assim, com o aumento dos quadros, a Defensoria Mineira estará em condições de oferecer mais do objetivo da Casa e cumprindo o seu papel institucional, que é atender o maior número de cidadãos em situação de vulnerabilidade financeira, que não têm como custear despesa com a justiça.

Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

A ação tem por objetivo viabilizar a remuneração de pessoal ativo da defensoria pública do estado de MG e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais.

No ano de 2023 a meta física teve um aumento de 13,18%, em razão de nomeações em cargos efetivos e recrutamento amplo, objetivando a reposição do quadro, em



virtude de aposentadorias, falecimentos e exonerações, bem como outras nomeações para fazer frente ao crescimento e qualificar o trabalho prestado pela instituição. No exercício foi iniciado o 1º concurso para a Área Administrativa e o 9º concurso para carreira de Defensor Público, que vai contribuir para melhor atuação da Instituição em todo o Estado de Minas Gerais.

Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública

A criação da Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP possibilitou a realização de diversas palestras, cursos e seminários tanto para o público interno, quanto para o público externo. Possibilitou também qualificar e capacitar diversos defensores/servidores bem como cidadãos da sociedade civil. A criação da ESDEP foi um marco importante na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A Defensoria Pública de Minas Gerais, assim como nos anos anteriores, continuou investindo na capacitação, sobretudo com utilização ferramentas de ensino e exposição a distância que possibilitou o amplo acesso e, por consequência, potencializou os resultados.

- c) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor - conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão; e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria -, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;



A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não possui convênio realizado com Terceiro Setor no exercício de 2023.

- d) outras informações consideradas relevantes pelo Órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.

A Assessoria de Administração Estratégica e Inovação a DPMG e a Fundação João Pinheiro, em continuidade ao Planejamento Estratégico que teve início em 2018, elaborou o novo planejamento para o período de 2023 a 2025.

A materialização do esforço despendido na construção de uma ferramenta dinâmica de gestão estratégica, que traz 16 objetivos institucionais, divididos em quatro perspectivas: suporte, processos internos, resultados e sociedade. Os objetivos são:

- Estruturar programa institucional de governança, integridade, proteção de dados e gestão de riscos, de modo a favorecer o controle interno e a eficiência administrativa;
- Identificar os custos e garantir a gestão racional, otimizada e transparente dos gastos e atividades;
- Otimizar e padronizar os processos de trabalho com a incorporação de sistemas integrados;
- Aprimorar a comunicação interna para articulação intersetorial;
- Aperfeiçoar as práticas de planejamento e gestão, com foco na adoção de metodologias e monitoramento de indicadores;
- Aprimorar a divulgação dos serviços prestados pela DPMG;
- Padronizar o atendimento e implementar inovações de modo a incrementar a interação com os usuários;
- Aprimorar a curadoria e disseminação do conhecimento e boas práticas para atuação estratégica e inovadora;



- Escalonar o serviço da DPMG, para atender mais pessoas, por meio do desenho de métodos mais eficazes de solução de conflitos e adoção de recursos digitais;
- Garantir a infraestrutura física e operacional em condições necessárias para desempenho das atividades, atentando à sustentabilidade ambiental;
- Promover a capacitação jurídica e administrativa dos defensores públicos, servidores e colaboradores da DPMG;
- Criar programa permanente de averiguação e desenvolvimento de habilidades, com o foco no aprimoramento das capacidades gerenciais e criação de pensamento inovador;
- Implementar atividades de saúde ocupacional, contemplando os aspectos psicossociais do trabalho;
- Ampliar a política institucional de educação em direitos e atuação em rede, mediante articulação com a administração pública e sociedade civil;
- Aprimorar os fluxos de informação, de modo a favorecer a compreensão, transparência e o acesso aos serviços;
- Maximizar o alcance da DPMG por meio da priorização da solução coletiva dos conflitos e atuação extrajudicial.

O monitoramento dos projetos estratégicos é feito por meio de um processo no SEI, instruído com o TAP - termo de abertura de projeto, a EAP - estrutura analítica do projeto, o plano do projeto e o cronograma detalhado.

O acompanhamento é mensal, com preenchimento de status report e atualização do cronograma, além de reuniões quadrimestrais para apresentação dos resultados. Foram realizadas 178 reuniões ordinárias de monitoramento ao decorrer do ano de 2023.

Abaixo seguem os principais resultados de 2023:

Realização de 5.159.747 prestações jurídicas aos cidadãos mineiros;



A Escola Superior da Defensoria Pública - ESDEP, contou com a realização de 101 eventos, tanto virtual, quanto presencial, dentre eles, cursos de aperfeiçoamento, treinamentos, palestras, reuniões e seminários.

Totalizando 10.564 participantes destas capacitações, sendo defensores, servidores, terceirizados e outros;

A Defensoria Especializada em Saúde Pública, sobretudo em Belo Horizonte, destaca-se:

Termo de Cooperação Técnica firmado entre a DPMG e a Secretária Estadual de Saúde, com finalidade de soluções mais equânimes e capazes de proporcionar, com agilidade e judicialização das pretensões existentes em tal área;

Cerca de 30% dos casos que normalmente seriam ajuizados, foram resolvidos administrativamente, de forma total ou parcial, uma repercussão significativa para o Sistema Único de Saúde, para a DPMG e para o poder Judiciário;

Média de 150 atendimentos por semana prestado por servidores da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, atendimentos na área da saúde pública.

Assinatura de um novo Termo de Cooperação Técnica em conjunto com SES, permitindo o acesso ao sistema SUSfácil.

Encaminhamento de proposta para efetivação de políticas públicas para fornecimento administrativo de medicamentos ainda não incorporados pelo Ministério da Saúde, em que pese a comprovada existência de adequação técnica;

Atendimento pelos servidores da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, visando à obtenção de soluções extrajudiciais, alternativas à intimação compulsória, atendimentos na área da saúde pública, tais como fornecimento de fraldas geriátricas, fornecidas de forma administrativas para municípios de Belo Horizonte.



Promoção de curso de atualização, direcionado às defensoras e defensores públicos com atuação na área da saúde pública, em parceria com a Escola Superior da DPMG.

Fortalecendo sua missão na atuação extrajudicial, apresentamos abaixo outras ações desenvolvidas pela Defensoria Pública de Minas Gerais:

Mutirão “Direito a Ter Pai”, o projeto aconteceu em 20/10/2023, com participação de 61 unidades da DPMG e foram atendidas aproximadamente, 1.578 ações;



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

II Mutirão das Famílias Estadual – Com o objetivo de promover a conciliação familiar, com ênfase no diálogo, por meio de sessões. No período de 13/03/2023 a 17/03/2023. Em 49 unidades com 5.924 famílias atendidas;



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

Casamento Comunitário - Promovendo a inclusão social e resgatando a autoestima com fortalecimento dos vínculos matrimoniais, 361 pessoas atendidas. Nas unidades de Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Cataguases e Nova Lima;



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

Casamento Igualitário – Na unidade de Belo Horizonte, 04 casais oficializaram a união. O Casamento Igualitário LGBTQIA+ visa garantir ao cidadão vulnerável e sem



condições financeiras, de regularizar sua situação civil através do casamento e reforçar a conscientização da sociedade contra o preconceito;

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS promove

CASAMENTO IGUALITÁRIO LGBTQIA+ EM BH 2023

Para casais com renda familiar até
2 salários mínimos e que residam na Capital



INSCRIÇÕES: **25 de setembro a 20 de outubro**
Vagas limitadas
Sede da DPMG . Rua dos Guajajaras 1.707 . Barro Preto . BH
Defensoria Especializada de Direitos Humanos . 6º andar

INFORMAÇÕES: **www.defensoria.mg.def.br**
(31) **3526-0405 / 3526-0406**

Siga nossas
redes sociais



CooProC/DPMG
Coordenadoria de
Projetos, Convênios e
Parcerias

DPDH/DPMG
Defensoria Especializada
de Direitos Humanos,
Coletivos e Socioambientais



**DEFENSORIA PÚBLICA
DE MINAS GERAIS**

Montagem com www.gpml.com.br / Foto: Luma - 09/09/2023

CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

Mutirão Meu Documento – Regularização documental de pessoas assistidas pela DPMG, garantido-lhes o pleno exercício da cidadania, possibilitando-lhes o acesso aos direitos. Realização em 24/06/2023, com 86 certidões solicitadas;



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

Escola da Convivência Familiar – Com o objetivo de promover a melhoria das relações familiares e sociais, a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O projeto é uma parceria entre a Coordenadoria Estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Cededica/DPMG) e a Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC).



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

I Mutirão para Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Não-Binárias de Belo Horizonte – Com objetivo de realizar a retificação do nome e gênero junto ao registro civil, de forma pré-processual, de pessoas não-binárias, promovendo a dignidade, cidadania e inclusão social deste público. No período de 05/06/2023 a 30/11/2023,



foram atendidas 261 pessoas para Retificação de Nome e 256 pessoas - educação em direitos (Seminário, presencial e virtual);

Defensoria Pública de Minas Gerais promove

1º Mutirão para Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Não-Binárias

Orientações jurídicas e atendimentos necessários para retificação de nome e gênero

Inscrições

5 de junho a 30 de novembro de 2023

Presenciais – Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – DPDH
Unidade I, Rua Guajajaras, nº 1707, 6º andar, sl. 602
De 13 às 17 horas

Remotas – WhatsApp: (31) 99288-0353
De 13 às 17 horas

Documentos necessários para inscrição:

- Certidão de Nascimento
- RG e CPF
- Título de Eleitor
- Comprovante de endereço

DPDH / DPMG
Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais

CooProC
Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

Defensoria Itinerante - É uma iniciativa à expansão das atividades da DPMG, para atender às crescentes demandas de pessoas em situação de carência e vulnerabilidade. O acordo de Cooperação Técnica, entre a Defensoria Pública e o Ministério Público de Minas Gerais - ACT, nº 46/2023 assinado em 24/10/2023, visa ampliar o atendimento nas áreas desprovidas de comarcas, inclusive em zonas rurais e com baixo índice de desenvolvimento humano.



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

Cerimônias de assinatura de ACT's e Protocolo de Intenções – Cujo objeto dá continuidade à Implantação do Programa Justiça Restaurativa (JR) denominado NÓS, Renovação do Projeto Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Itinerante (CEJUSC Itinerante), e em 02/10/2023 a DPMG e o Governo do Estado, firmaram o acordo de Cooperação Técnica - ACT, nº 45/2023, este acordo estabelece um canal de comunicação entre a DPMG e a Casa Civil, com o objetivo de encaminhar demandas relacionadas à doença rara e também busca articular capacitações e campanhas sobre o tema com outras Secretarias de Estado.



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2023

e) demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.

Apresentamos as informações referentes a composição dos recursos ocorridos em 2023 desta Defensoria, de acordo com o demonstrativo anexo (Quadro I) a seguir.

QUADRO I
ÓRGÃO: 1441 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DPMG

EXERCÍCIO: 2023								
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS POR FONTE E GRUPO DE DESPESA								
FONTE	PROCEDÊNCIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
1	1	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
10	1	544.434.831,00	0,00	116.942.683,00	16.093.860,00	0,00	0,00	677.471.374,00
10	3	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
10	5	20.849.164,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.849.164,00
10	7	0,00	0,00	23.226.900,00	0,00	0,00	0,00	23.226.900,00
10	8	35.914.195,00	0,00	8.200.000,00	1.610.000,00	0,00	0,00	45.724.195,00
10	9	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
42	5	77.558.519,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.558.519,00
43	5	54.992.317,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.992.317,00
60	1	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
TOTAL		733.750.026,00	0,00	151.125.583,00	17.703.860,00	0,00	0,00	902.579.469,00
Fonte: Relatórios SIAFI/RFAE 654 de dezembro/2023.								
* Para os Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, consideram-se recursos recebidos para fins deste anexo, as receitas diretamente arrecadadas, as vinculadas e os duodécimos efetivamente repassados no exercício, destinadas a realização das despesas orçamentárias.								
(*) No exercício de 2023 houve adição de Crédito Adicional ao Orçamento para acobertar a execução do convênio federal nº 902.255/2020 (MJSP - DPMG).								
(**) Para tanto, publicou-se o Decreto nº 057/2023 no valor de R\$ 250.000,00 para suplementar créditos a favor da execução do convênio "Projeto Escola de Convivência Familiar", entre a SENAJUS(MJSP) e a DPMG.								
(*) No exercício de 2023 não teve a necessidade de abertura de Crédito para a receita de Alienações de Bens decorrentes de leilões (F/P 47.1), ainda que houveram arrecadações no montante de R\$ 178.578,00, restando como saldo financeiro do exercício.								
ESPECIFICAR A UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRANSFERIDORA NO CASO DA PROCEDÊNCIA:								
1 - Recursos Vinculados previstos para execução de Convênio Federal (SENAJUS e DPMG)- F/P 01.1								
2 - Recursos Ordinários para livre utilização- F/P 10.1.								
3 - Recursos Ordinários remanejados para Contrapartida de Convênio Federal- F/P 10.3								
4 - Recursos recebidos para Benefícios Previstos no Art. 39 da LC 64/2002- F/P 10.5.								
5 - Recursos recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento - F/P 10.7								
6 - Recursos Recebidos para Emendas Parlamentares - F/P 10.8								
7 - Recursos Recebidos para Precatórios e Sentenças Judiciais - F/P 10.9								
8 - Recursos recebidos para benefícios previstos no Art. 38 da LC 64/2002 - F/P 42.5(Patronal) e 43.5(Servidor) para o FUNFIP								
9 - Recursos recebidos de Alienação de Bens Móveis - F/P 47.1								
10 - Recursos Diretamente Arrecadados - F/P 60.1								
11 - Recursos Diretamente Arrecadados com vinculação específica - 61.1								
Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2024.								
LOCAL E DATA:								
Itamar Lellis Magalhães:3741683				DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:05599094000180				
ITAMAR LELLIS MAGALHÃES - CRCMG N.º 74.705				RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS - MADEP: 0472				
Contador				Defensora Público-Geral				



f) demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal, incluindo, se houver, a contratação de pessoal apropriada como Outras Despesas de Pessoal e descrevendo as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, quando ultrapassados os limites da despesa de pessoal definidos para o órgão;

- Informamos que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem cumprido rigorosamente as publicações dos demonstrativos atinentes à alínea no exercício de 2023, a partir da exigência legal e orientação do Executivo Estadual.
- Base legal: Artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; portarias STN nº 553/2014 e nº 642/2019.
- Consulta do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi de 11/05/2015:

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, assegurou à Defensoria Pública Estadual autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO; e a EC nº 74/2013 conferiu autonomia orçamentário-financeira à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal. Em que pese as defensorias públicas não possuírem limites expressos na LRF, visto que sua inclusão como órgão de autonomia orçamentário-financeira ocorreu após a edição da LRF, o órgão deverá preencher os demonstrativos do RGF, tendo em vista a determinação contida no Acórdão nº 2153/2014 –TCU –Plenário. Os demonstrativos a serem preenchidos são o da despesa com pessoal e da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, conforme modelo apresentado neste manual, não preenchendo, entretanto, os campos relativos aos limites. Por oportuno, vale ressaltar que, para fins de limites da LRF, os dados relativos às defensorias públicas deverão estar contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo.

Atenciosamente,

Administrador Siconfi

- Em anexo, cópia (imagem) do Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2023, publicado no “Diário Oficial Eletrônico da DPMG” de 2/01/2024.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Art. 54 e 55 - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Em cumprimento ao que dispõem os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, publicada no DOU em 05/05/2000, e a portaria da STN Nº 1.447, de 14 de junho de 2022, que aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

DATA BASE: 31 de Dezembro de 2023

PERÍODO: 01/01/2023 a 31/12/2023

RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade
Itamar Lellis Magalhães – CRCMG 074.705
Marcelo Montai de Souza – CRCMG 118.568

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre: Janeiro/2023 a Dezembro/2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL ⁽⁴⁾	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁽²⁾ (b)
	LIQUIDADAS														
	Janeiro/23	Fevereiro/23	Março/23	Abril/23	Maió/23	Junho/23	Julho/23	Agosto/23	Setembro/23	Outubro/23	Novembro/23	Dezembro/23	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ⁽¹⁾	49.289.607,07	50.534.939,77	48.435.897,43	52.216.203,51	58.497.150,75	70.602.204,45	51.706.517,70	55.537.179,21	55.958.077,21	60.893.878,18	61.663.786,66	81.434.445,14	696.769.887,08	0,00	
Pessoal Ativo	39.646.533,31	40.897.696,45	38.611.302,44	42.327.656,41	47.431.533,51	55.124.738,99	41.354.184,61	44.860.260,99	45.419.846,62	50.364.748,69	51.333.982,13	66.111.890,86	563.484.375,01	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.917.503,71	34.172.939,98	31.898.539,24	35.616.230,40	39.913.049,74	48.008.868,14	34.263.684,75	37.728.029,08	38.228.634,15	43.149.468,75	44.122.509,13	51.789.902,44	471.809.359,51	0,00	
Obrigações Patronais	6.729.029,60	6.724.756,47	6.712.763,20	6.711.426,01	7.518.483,77	7.115.870,85	7.090.499,86	7.132.231,91	7.191.212,47	7.215.279,94	7.211.473,00	14.321.988,42	91.675.015,50	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.643.073,76	9.637.243,32	9.824.594,99	9.888.547,10	11.065.617,24	15.477.465,46	10.352.333,09	10.676.918,22	10.538.230,59	10.529.129,49	10.329.804,53	15.322.554,28	133.285.512,07	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.643.073,76	9.637.243,32	9.824.594,99	9.888.547,10	11.065.617,24	15.477.465,46	10.352.333,09	10.676.918,22	10.538.230,59	10.529.129,49	10.329.804,53	15.322.554,28	133.285.512,07	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	15.133.026,52	16.764.214,65	14.701.738,26	18.215.800,32	20.292.186,30	20.784.016,88	16.124.211,27	19.653.174,11	19.530.581,23	24.341.167,40	25.521.837,36	21.863.361,55	232.925.315,85	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ⁽³⁾	38.229,68	5.294.604,55	4.998.156,93	5.064.084,48	6.137.562,53	5.900.409,48	6.015.574,74	6.306.895,08	6.480.224,72	13.098.325,82	13.814.418,15	5.602.292,58	78.750.778,74	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração ⁽³⁾	5.803.221,53	2.167.364,90	412.228,61	3.853.743,72	4.200.050,43	414.670,47	116.466,00	3.328.690,02	3.030.500,16	1.223.357,69	1.686.268,91	665.763,94	26.902.326,38	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.291.575,31	9.302.245,20	9.291.352,72	9.297.972,12	9.954.573,34	14.468.936,93	9.992.170,53	10.017.589,01	10.019.856,35	10.019.483,89	10.021.150,30	15.595.305,03	127.272.210,73	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	34.156.580,55	33.770.725,12	33.734.159,17	34.000.403,19	38.204.964,45	49.818.187,57	35.582.306,43	35.884.005,10	36.427.495,98	36.552.710,78	36.141.949,30	59.571.083,59	463.844.571,23	0,00	

FONTE: Relatórios do Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, Unidade Responsável SPGF/DFPC/SGPSO, emissão 29/janeiro/2024 às 16:19:26.

Notas Explicativas:

- (1) Despesas apuradas em conformidade com o Estado de Minas Gerais - Poder Executivo;
- (2) Não houve despesas registradas em Restos a Pagar Não Processados – RPNP no exercício de 2023;
- (3) Elemento 94 refere-se a despesas de caráter indenizatório e Elemento 92 corresponde a Despesa de Exercício Anterior – DEA, tratados em consonância com o Estado de Minas Gerais - Poder Executivo;
- (4) Despesas consoantes os termos da Instrução nº 01/2001 de 21/04/2001; Instrução nº 05/2001 de 19/12/2001 e a Instrução nº 01/2018 de 28/02/2018 do TCEMG;

Defensora Pública-Geral: Dr.ª Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Responsável pelo Controle Interno: João Gabriel Melo Alves
Contador responsável: Itamar Lellis Magalhães
Coordenador Contábil: Marcelo Montai de Souza



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2023
ESTADO DE MINAS GERAIS - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2023

RGF – ANEXO 5 (LRF – Art.55, Inciso III, alínea “a”)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa								
	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	119.843.060,41	0,00	24.663,42	3.494.762,80	0,00	116.323.634,19	30.402.554,25	0,00	85.921.079,94
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	717.557,80	0,00	0,00	0,00	0,00	717.557,80	0,00	0,00	717.557,80
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	714.739,81	0,00	0,00	0,00	0,00	714.739,81	0,00	0,00	714.739,81
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	2.817,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2817,99	0,00	0,00	2.817,99
TOTAL (III) = (I + II)	120.560.618,21	0,00	24.663,42	3.494.762,80	0,00	117.041.191,99	30.402.554,25	0,00	86.638.637,74

FONTE: Relatórios do Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, Unidade Responsável SPGF/DFPC, emissão 29/janeiro/2024 as 16:19:26

Notas Explicativas:

Discriminação da disponibilidade de caixa bruta:

- (1) Total dos Recursos Não Vinculados:
- a) Recursos Ordinários - Conta: 1.1.1.1.1.02 – Banco conta Movimento - Recursos de cotas financeiras repassada pelo Tesouro Fonte 10.1;
 - b) Recursos Ordinários - Conta: 1.1.1.1.1.10 – Aplicações Financeiras - Recursos Diretamente Arrecadados e Recurso de Contrapartida de Convênio Aplicado, Fonte 60.1 / 10.3;
 - c) Recursos Ordinários - Conta: 1.1.3.8.2.01 – Crédito Financeiro a Receber - Unidade Financeira Central - Recursos de cotas financeiras a repassar;
- (2) Total dos Recursos Vinculados:
- a) Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Recursos de Alienação de Bens/Ativos são relativos à Fonte 47 (Leilões);
 - b) Outros Recursos Vinculados – são referentes à Fonte 45, que correspondem a Doações do Banco do Brasil.

Defensoria Pública-Geral: Dr.ª Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Responsável pelo Controle Interno: João Gabriel Melo Alves
Contador responsável: Itamar Lellis Magalhães
Coordenador Contábil: Marcelo Montai de Souza



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2023
ESTADO DE MINAS GERAIS - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2023

RGF – ANEXO 6 (LRF – Art.48)

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal – DTP ⁽¹⁾	463.844.571,23	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	30.402.554,25	86.638.637,74

FONTE: Relatórios do Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, Unidade Responsável SPGF/DFPC, emissão 29/janeiro/2024 as 16:19:26

Notas Explicativas:

(1) Despesa apurada em conformidade com o Estado de Minas Gerais - Poder Executivo.

Defensora Pública-Geral: Dr.ª Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Responsável pelo Controle Interno: João Gabriel Melo Alves
Contador responsável: Itamar Lellis Magalhães
Coordenador Financeiro: Marcelo Montai de Souza



g) demonstração da composição do total da despesa de pessoal, discriminando os valores relativos a sentenças judiciais, a despesas de exercícios anteriores, a indenização por demissão de servidores e a incentivos à demissão voluntária;

Notas:

1. A demonstração da composição do total da despesa de pessoal está representada no **Quadro dos Gastos com Pessoal por categoria funcional** – exercício de 2023, anexo à próxima página.

2. Os valores relativos a sentenças judiciais (Elem.desp. 91); indenização por demissão e incentivos à demissão voluntária de servidores (Elem.desp. 94), não se aplicam a esta Defensoria Pública enquanto instituição autônoma, nos termos do artigo 134 e seus parágrafos da Constituição da República de 1988.

3. As Despesas de Exercícios Anteriores – DEA – relativas à folha de pessoal no exercício de 2023, atingiu o valor total pago de **R\$ 28.281.639,37** equivalentes a 139% maior que o valor pago em 2022, R\$ 11.854.305,36 e 58% a mais que o total de 2021, que foi de R\$ 17.905.619,19. A demonstração integral daquele total se encontra discriminada no quadro a seguir e na planilha nº 2, da alínea “i” onde informam os pagamentos com Verbas de DEA (Elemento-item: 92 - 01/02/03) e no inciso 20 desta Prestação de Contas Anual.

4. Não consideradas, nesse momento, as Despesas de Exercícios Anteriores com obrigações patronais, que serão somadas posteriormente conforme nota acima.

Despesas com Pessoal - Despesa de Exercício Anterior

Exercício	Proj/Ativ.	Credor	Empº	Elem/item	Fte.	Proc.	Valor Despesa Empenhada
2023	4193	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	21	9201	10	1	26.693.173,96
2023	7006	FOLHA APOSENTADOS	27	9201	10	5	149.202,89
2023	7006	FOLHA APOSENTADOS	7	9201	42	5	1.439.252,52
SUBTOTAL SERVIDOR (R\$)							28.281.629,37
2023	4193	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG	26	9203	10	1	279,61
2023	4193	FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	25	9203	10	1	58.638,67
2023	7006	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG	28	9203	10	5	1.031,25
SUBTOTAL PATRONAL (R\$)							59.949,53
TOTAL (R\$)							28.341.578,90

Fonte: Armazém de Informações - B.O.-Prodemge, consulta "DEA - Folha Pessoal" em 09 abril 2024.



EXERCÍCIO 2023

ÓRGÃO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO: 2023

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL												
Código	Efetivo		Função Pública		Recrutamento Amplo		Terceirização (§1.º, art. 18, da Lei Complementar n.101/2000)		Contratação Temporária (art. 22 da CE)		Totais	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Direção Superior	3	R\$ 2.661.720,59									3	R\$ 2.661.720,59
Assessoramento	9	R\$ 3.886.803,30			173	R\$ 11.560.134,89					182	R\$ 15.446.938,19
Chefia											0	R\$ 0,00
Técnica	717	R\$ 537.631.032,46									717	R\$ 537.631.032,46
Especializada	33	R\$ 5.907.844,12									33	R\$ 5.907.844,12
Administrativo	5	R\$ 819.529,08									5	R\$ 819.529,08
Outros (especificar)											0	R\$ 0,00
Totais	767	R\$ 550.906.929,54	0	R\$ 0,00	173	R\$ 11.560.134,89	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	940	R\$ 562.467.064,43
Inativos											406	R\$ 134.016.316,79

TITULAR DO ÓRGÃO



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2023

h) relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número do decreto e de seu registro no SIAFI, data e valor.

PRODEMGE
NFAE78W - RFCAE782

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
COMPOSIÇÃO DE CRÉDITOS AUTORIZADOS

PAGINA: 1
PERÍODO ATÉ 31/12/2023
EMISSÃO - DATA HORA
25/01/2024 20:01:26

UNIDADE ORÇAMENTARIA : 1441 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	LEI/DECRETO	DATA	NAT. CRÉDITO	ACRÉSCIMOS	DEDUÇÕES	CRÉDITO AUTORIZADO
03.092.726.1050.0001 339000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	1.000,00		1.000,00
03.092.726.1099.0001 339000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	1.000,00		1.000,00
03.092.726.4033.0001 339000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	1.000,00		1.000,00
03.092.726.4150.0001 339000 01 1 0	0000057	13.07.2023	DECRETO	250.000,00		250.000,00
03.092.726.4150.0001 339000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	116.145.683,00		115.424.148,07
	0000057	13.07.2023	DECRETO		6.000,00	
	0000015	15.06.2023	REMANEJAMENTO		8.000,00	
	0000023	03.07.2023	REMANEJAMENTO		139.534,93	
	0000029	31.07.2023	REMANEJAMENTO		150.000,00	
	0000031	18.09.2023	REMANEJAMENTO		100.000,00	
	0000033	16.10.2023	REMANEJAMENTO		100.000,00	
	0000045	16.11.2023	REMANEJAMENTO		105.000,00	
	0000047	16.11.2023	REMANEJAMENTO		78.000,00	
	0000051	13.12.2023	REMANEJAMENTO		35.000,00	
03.092.726.4150.0001 339000 10 3 0	0000057	13.07.2023	DECRETO	6.000,00		6.000,00
03.092.726.4150.0001 339000 10 8 0	0000018	29.06.2023	REMANEJAMENTO	8.200.000,00		8.200.000,00
03.092.726.4150.0001 339000 60 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	2.500.000,00		2.500.000,00
03.092.726.4150.0001 339100 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	400.000,00		1.115.534,93
	0000016	15.06.2023	REMANEJAMENTO	8.000,00		
	0000024	03.07.2023	REMANEJAMENTO	139.534,93		
	0000030	31.07.2023	REMANEJAMENTO	150.000,00		
	0000032	18.09.2023	REMANEJAMENTO	100.000,00		
	0000034	16.10.2023	REMANEJAMENTO	100.000,00		
	0000046	16.11.2023	REMANEJAMENTO	105.000,00		
	0000048	16.11.2023	REMANEJAMENTO	78.000,00		
	0000052	13.12.2023	REMANEJAMENTO	35.000,00		
03.092.726.4150.0001 339900 10 8 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	8.200.000,00		8.200.000,00
	0000017	29.06.2023	REMANEJAMENTO		8.200.000,00	0,00
03.092.726.4150.0001 449000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	16.093.860,00		16.093.860,00
03.092.726.4150.0001 449000 10 8 0	0000020	29.06.2023	REMANEJAMENTO	1.610.000,00		1.610.000,00
03.092.726.4150.0001 449900 10 8 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	1.610.000,00		1.610.000,00
	0000019	29.06.2023	REMANEJAMENTO		1.610.000,00	0,00
03.092.726.4193.0001 319000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	466.235.993,00		458.395.495,49
	0000049	05.12.2023	REMANEJAMENTO		7.840.497,51	
03.092.726.4193.0001 319000 10 8 0	0000022	29.06.2023	REMANEJAMENTO	35.914.195,00		35.914.195,00
03.092.726.4193.0001 319100 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	78.198.838,00		



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2023

=

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000050	05.12.2023	REMANEJAMENTO	7.840.497,51		
						86.039.335,51
03.092.726.4193.0001 319900 10 8 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	35.914.195,00		
	0000021	29.06.2023	REMANEJAMENTO		35.914.195,00	
						0,00
03.092.726.4193.0001 339000 10 7 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	23.226.900,00		
						23.226.900,00
03.128.726.2068.0001 339000 10 1 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	400.000,00		
	0000003	31.01.2023	REMANEJAMENTO		1.000,00	
	0000005	23.02.2023	REMANEJAMENTO		700,00	
	0000007	28.02.2023	REMANEJAMENTO		686,47	
	0000009	22.03.2023	REMANEJAMENTO		1.400,00	
	0000011	25.04.2023	REMANEJAMENTO		20.000,00	
	0000013	25.04.2023	REMANEJAMENTO		8.000,00	
	0000025	27.07.2023	REMANEJAMENTO		3.770,30	
	0000027	27.07.2023	REMANEJAMENTO		1.266,96	
	0000036	20.10.2023	REMANEJAMENTO	8.489,99		
	0000037	14.11.2023	REMANEJAMENTO		2.900,00	
	0000039	14.11.2023	REMANEJAMENTO		2.900,00	
	0000041	14.11.2023	REMANEJAMENTO		3.000,00	
	0000043	14.11.2023	REMANEJAMENTO		200,00	
						362.666,26
03.128.726.2068.0001 339100 10 1 0	0000004	31.01.2023	REMANEJAMENTO	1.000,00		
	0000006	23.02.2023	REMANEJAMENTO	700,00		
	0000008	28.02.2023	REMANEJAMENTO	686,47		
	0000010	22.03.2023	REMANEJAMENTO	1.400,00		
	0000012	25.04.2023	REMANEJAMENTO	20.000,00		
	0000014	25.04.2023	REMANEJAMENTO	8.000,00		
	0000026	27.07.2023	REMANEJAMENTO	3.770,30		
	0000028	27.07.2023	REMANEJAMENTO	1.266,96		
	0000035	20.10.2023	REMANEJAMENTO		8.489,99	
	0000038	14.11.2023	REMANEJAMENTO	2.900,00		
	0000040	14.11.2023	REMANEJAMENTO	2.900,00		
	0000042	14.11.2023	REMANEJAMENTO	3.000,00		
	0000044	14.11.2023	REMANEJAMENTO	200,00		
						37.333,74
09.272.705.7006.0001 319000 10 5 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	20.849.164,00		
	0000001	27.01.2023	REMANEJAMENTO		390.000,00	
						20.459.164,00
09.272.705.7006.0001 319000 42 5 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	77.558.519,00		
						77.558.519,00
09.272.705.7006.0001 319000 43 5 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	54.992.317,00		
						54.992.317,00
09.272.705.7006.0001 319100 10 5 0	0000002	27.01.2023	REMANEJAMENTO	390.000,00		
						390.000,00
28.846.705.7004.0001 319000 10 9 0	0024272	20.01.2023	INICIAL	1.000,00		
						1.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORCAMENTARIA				957.310.010,16	54.730.541,16	902.579.469,00

- A relação dos decretos de abertura de créditos iniciais e as movimentações de remanejamentos do exercício de 2023, encontram-se demonstradas no Relatório RFCAE 782, anteriormente, sob o título: COMPOSIÇÃO DE CRÉDITOS AUTORIZADOS.
- Adicionados aos créditos iniciais do exercício de 2023, encontra-se a abertura suplementar do Decreto nº 057/2023, no valor de R\$ 250.000,00 para aporte do convênio federal nº 902.255/2020, entre o MJSP e a DPMG. Entretanto, conforme a Nota Técnica nº 1 do Relatório de Conformidade Contábil – RCC do mês de dezembro de 2023, não houve o repasse do recurso proposto pelo Concedente, prejudicando a integralidade do acordo.



i) informações relativas à execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

Elem/ Item	Descrição	2021	2022	2023	VARIAÇÃO AH (%)		AV (%)
					2023/2021	2023/2022	2023
92-01/03	DEA de Folha de Pessoal	17.905.619,19	11.854.305,36	28.341.578,90	58%	139%	99,81
92-02	DEA de Despesas Corrent	264.570,39	34.879,12	54.530,63	-79%	56%	0,19
TOTALS (R\$)		18.170.189,58	11.889.184,48	28.396.109,53	56%	139%	100%

- A verba de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA se refere às dívidas reconhecidas para as quais não houve inscrição em Restos a Pagar, mas que consignava crédito próprio e que podem ser pagas à conta de dotação específica, conforme consta o art. 37 da Lei nº 4.320/1964.
- Na planilha acima, encontram-se consolidados os valores totais dessa verba e demonstram uma evolução considerável em comparação aos dois últimos exercícios. Onde, no exercício de 2023, nas verbas de DEA com pessoal, a Defensoria gastou R\$ 10.435.959,71 a mais em comparação com o exercício de 2021 e R\$ 16.487.273,54 comparando com total de 2022; o equivalente a 37% e 58% a maior, respectivamente. Já os pagamentos com a rubrica das despesas correntes, a Defensoria Pública conseguiu a redução média de 12% comparado aos totais daqueles dois anos. Apesar das variações indicar um paradoxo, entre os anos 2021/2022, vê-se uma busca de melhorar os procedimentos operacionais a fim de reduzir os gargalos nos processos em geral e aprimorar o planejamento do fluxo desses, para se evitar eclodir nessa verba. Ainda que aqueles processos, tem-se avolumado com a elevação das atividades administrativas a fim de se alcançar suas metas finalísticas em menos tempo.
- Seguindo a análise, como ocorrido nos anos anteriores, o montante mais representativo desse elemento, permanece na rubrica de gastos com pessoal. Pois, no exercício de 2023, o montante das despesas de DEA com Pessoal atingiram 99% das despesas totais. Deduz-se disto, uma melhor efetividade na gestão e controle dos saldos contratuais, bem com dessas despesas, com o fim de se preservar os objetivos orçamentários e financeiros desta Defensoria Pública.



- Dos valores totais da rubrica de DEA, consolidadas na planilha acima, cuja discriminação dos registros dos empenhos, credores e seus respectivos valores encontram-se representadas pelas Planilhas 01 e 02 a seguir. Sendo que, na planilha 01, listam-se os empenhos das **despesas correntes** pagas por DEA, com as devidas justificativas e respectivas unidades executoras - UE; concomitantemente, nas planilhas 02 e 03, estão os valores discriminados mensalmente por elemento/item e fontes de recursos das despesas de exercícios anteriores que compuseram os valores pagos em 2023 e relativos à **folha de pessoal**.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS****EXERCÍCIO 2023****VALORES EXECUTADOS COMO DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE CUSTEIO****PLANILHA nº 1****EXERCÍCIO: 2023**

U.E	EMP	PROJETO	DESPESA	ITEM	VALOR EMPENHO	Contrato	Razão Social Credor	JUSTIFICATIVA
1440005	43	4150	339092	2	5.269,42	9337301	SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA.	O Contrato nº 9337301/2022 foi firmado para cobertura de 11 itens de despesas na implementação do projeto executivo da sala do Conselho da DPMG. Foram efetuados à época apenas 10 especificações de empenho para cobertura de 10 itens de despesas. Conforme Memorando nº 07/2023-SRLI/DTSGI (0071511), por uma falha interna o item para material fotográfico "placa de captura e exibição para estúdio TV" não foi aberto de forma tempestiva para cobrir a referida despesa dentro do exercício.
1440011	216	4150	339092	2	13.777,52	9179679	SEGURANCA IMOVEIS LTDA -EPP	Impossibilidade de reforço no empenho de locação de imóvel da comarca de Governador Valadares no mês dezembro/2022, em virtude da situação de "Credenciamento Irregular" da empresa credora junto ao Cadastro de Fornecedores (Portal de Compras/SEPLAG).
1440011	217	4150	339092	2	33.547,06	9208894	METRON DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA	Impossibilidade de reforço no empenho de locação de imóvel da Unidade SEDE III/BH no mês dezembro/2022, em virtude da situação de "Credenciamento Irregular" da empresa credora junto ao Cadastro de Fornecedores (Portal de Compras/SEPLAG).
1440011	218	4150	339092	2	868,48	9325359	VIS PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	O termo de apostilamento de reajuste do contrato nº 9325359 de locação de imóvel da comarca de Pará de Minas deu entrada nesta Diretoria no dia 27/12/2022, não sendo possível o reforço de empenho em tempo hábil, em virtude da alta demanda e concentração de processos/trâmites administrativos sob responsabilidade da Diretoria durante o período de encerramento do exercício.
1440011	219	4150	339092	2	25,47	0	SAAE - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - PASSOS	Fornecimento de água e esgoto da comarca de Passos - Em virtude da alta demanda e concentração de processos/trâmites administrativos sob responsabilidade da Diretoria durante o período de encerramento do exercício, houve prejuízo na análise individual de cada despesa.
1440011	244	4150	339092	2	153,87	9376869	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEMGE	Ocorrência de convalidação do contrato nº 474/2014, cuja vigência era de 15/08/2014 a 26/08/2015, retroagindo 15 dias e motivando o consumo no saldo dos itens ativos, não restando saldo contratual suficiente para conclusão da vigência.
1440020	190	4150	339092	2	888,81	0	RITA FERNANDES DA SILVA	Pagamento de despesa com Diária de Viagem realizada de Divinópolis a Sto Antônio do Monte-MG, nos dias 23/11; 01 e 13/12/2022, para cooperação judicial naquela Comarca, em cumprimento ao ATO DPG 2593/2022. Cujo Relatório de Viagem foi apresentado a posteriori.
TOTAL					R\$ 54.530,63			

Elaborado:

Mônica Beatriz Gomes da Costa
Servidora
MASP 962.635-9Itamar Lellis Magalhães
Diretor de Finanças, Pagamento e Contabilidade
CRCMG 74.705-0



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2023

EXERCÍCIO 2023					
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR - DEA					
FOLHA DE PESSOAL - EXERCÍCIO DE 2023					PLANILHA 02
MÊS	CLASSIFICAÇÃO	VALORES ATIVOS	VALORES INATIVOS		VERBAS
		FONTE 10.1	FONTE 10.5	FONTE 42.5	
JANEIRO	DEA	R\$ 5.803.221,53	R\$ -	R\$ 16.567,69	As Despesas lançadas no elemento 92.01 (Servidor) / 92.03 (Patronal), referente a folha de pessoal são verbas especificadas no "Resumo da Folha Analítica" (SGPSO) - Ativo e Inativo com as seguintes descrições:
FEVEREIRO		R\$ 2.167.364,90	R\$ -	R\$ -	
MARÇO		R\$ 412.228,61	R\$ -	R\$ 162.898,74	
ABRIL		R\$ 3.814.970,21	R\$ 38.773,51	R\$ 162.898,74	• Despesas acumulativas de exercício anterior - Acertos; • Vencimentos deixados de exercício anterior - OPE - Espólios; • Indenização – Férias Prêmio-FP; • RRA - Rendimentos Recebidos Acumuladamente; • Atrasos de Exercício Anterior; • Indenização de Férias Regulamentares, em consonância com a Lei Complementar 141/2016; • Ressaltamos que os referidos valores estão presentes no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do Exercício de 2023.
MAIO		R\$ 4.200.050,43		R\$ 162.898,74	
JUNHO		R\$ 414.670,47		R\$ -	
JULHO		R\$ 116.466,00		R\$ -	
AGOSTO		R\$ 3.276.045,44	R\$ 52.644,58	R\$ 294.130,71	
SETEMBRO		R\$ 3.016.375,66	R\$ 14.124,50	R\$ 227.552,39	
OUTUBRO		R\$ 1.205.061,08	R\$ 18.296,61	R\$ 178.761,14	
NOVEMBRO		R\$ 1.686.268,91	R\$ -	R\$ -	
DEZEMBRO		R\$ 639.369,00	R\$ 26.394,94	R\$ 233.544,37	
SUBTOTAL		R\$ 26.752.092,24	R\$ 150.234,14	R\$ 1.439.252,52	
TOTAL		R\$ 28.341.578,90			
Data: 09/04/2023					
Elaborador: Marcelo Montai de Souza					



Despesas com Pessoal - Elementos de Despesa 93 e 94

PLANILHA 03

Exercício	Proj/Ativ.	Credor	Empº	Elem/item	Fte.	Proc.	Valor Despesa Empenhada
2023	4193	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	3	9323	10	7	3.556,93
SUBTOTAL AUXÍLIO SAÚDE GRUPO 3 (R\$)							3.556,93
2023	7006	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	22	9401	10	1	78.750.778,74
SUBTOTAL INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS GRUPO 1 (R\$)							78.750.778,74
2023	4193	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO	26	9307	10	1	147.573,42
SUBTOTAL SERVIDOR REQUISITADO GRUPO 1 (R\$)							147.573,42
TOTAL (R\$)							78.901.909,09

Fonte: Armazém de Informações - B.O.-Prodemge, consulta "DEA - Folha Pessoal" em 09 abril 2024.